

# Sagrada Escritura e Teologia

## A voz da Igreja

Antes de iniciarmos nossa reflexão, vale ler o que diz a Constituição *Dei verbum* do Concílio Vaticano II (nn. 24-25) sobre a S. Escritura e a Teologia<sup>1</sup>:

A sagrada Teologia apóia-se, como em seu fundamento perene, na palavra escrita de Deus junto com a sagrada Tradição, e neste <fundamento> se fortalece firmíssimamente e sempre se rejuvenesce, perscrutando, à luz da fé, toda a verdade encerrada no mistério de Cristo. Ora, as Sagradas Escrituras contêm a palavra de Deus e, porque inspiradas, são verdadeiramente palavra de Deus. Por isto, o estudo das Sagradas Páginas seja como que a alma da sagrada Teologia [cf. Leão XIII, Enc. *Providentissimus Deus*]. [...] é necessário que todos os clérigos, sobretudo os sacerdotes de Cristo e os outros que, como diáconos ou catequistas, legitimamente se consagram ao ministério da palavra, mantenham um contato íntimo com as Escrituras, mediante assídua leitura e cuidadoso estudo, para que não venha a ser “vão pregador da palavra de Deus, externamente, quem a ela não presta ouvido interiormente” [Sto. Agostinho, *Sermones* 179, I] [...] O Concílio exorta igualmente, com ardor e insistência, a todos os fiéis cristãos, especialmente aos religiosos, a que, pela freqüente leitura das divinas Escrituras, alcancem “o eminente conhecimento de Jesus Cristo” [Fl 3,8], porque “ignorar as Escrituras é ignorar Cristo” [S. Jerônimo, *Comm. in Esaiam*, prefácio].

## A relação entre S. Escritura e Teologia

Iluminemos então de mais perto essa relação entre a Sagrada Escritura e a Teologia. Entendemos aqui o termo teologia num sentido bastante amplo, a saber, como discurso racional-reflexivo sobre a experiência de Deus ou do Transcendente. Sendo racional, tal discurso terá necessariamente uma sistematicidade implícita, que, porém, não precisa ser necessariamente explicitada. A teologia é o “discurso segundo” da experiência religiosa ou da fé.

À primeira vista, a relação entre a Sagrada Escritura e a Teologia seria a que existe entre a fonte e a reflexão racional exercida a partir desta. A Escritura seria considerada como a palavra de Deus, a fonte da qual se deriva a reflexão teológica. Tal visão, porém, é simples demais. A palavra de Deus não se reduz à Escritura, que também não é diretamente a palavra de Deus, mas, juntamente com a sagrada Tradição, a contém.

Observamos que a constituição *Dei verbum* do Concílio Vaticano II, neste contexto<sup>2</sup>, não diz que a Escritura é a *fonte* da teologia, mas sua *alma*<sup>3</sup>. A *fonte*

---

<sup>1</sup> Tradução tomada de: DENZINGER, H., HÜNERMANN, P. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2007, p. 992-993.

*remota* da teologia não é a S. Escritura, mas aquilo ou Aquele que está por trás dela: Deus mesmo, pelo menos enquanto entra no campo da experiência, da consciência e da expressão humana.

Além disso, a Escritura é expressão *humana* da experiência de Deus ou do Transcendente. Ora, constatamos que a expressão dessa experiência, na Bíblia, não é meramente pré-reflexiva, mas em grande parte reflexiva, portanto, teológica, ainda que não sistemática. É esse caráter reflexivo que justifica o falar-se em teologia dos autores bíblicos (teologia deuteronomista, sacerdotal, paulina, joanina etc). A S. Escritura não se situa antes da teologia, mas dentro dela. Por isso mesmo pode ser chamada de alma da Teologia.

Existe, entre a experiência de Deus e a reflexão teológica, uma relação dialética progressiva, em espiral, e a S. Escritura se encontra dentro desta espiral. Citemos alguns exemplos dessa relação circular progressiva. A pregação profético-deuteronomista (Jeremias) ensina que a fidelidade à Aliança-Lei é vida, a infidelidade é morte, exílio... Ora, quando o exílio se torna um fato, quando não há mais como celebrar a Aliança no santuário, enxerta-se sobre essa "teologia deuteronomista" uma nova experiência, que faz surgir as releituras de Ezequiel e do Segundo Isaías: Deus não quer a morte do pecador mas que ele viva, Deus é maior do que a desolação do exílio, maior do que os deuses de Babilônia... E algumas décadas depois advém a releitura sacerdotal, que enxerga a grandeza de Deus na criação e na história das tribos, representadas agora pela tribo de Judá. Esse Deus é fiel, ele enviará um novo Messias.

Outro exemplo dessa espiral de experiência e reflexão é o que se refere à memória da libertação do Egito, o êxodo. No êxodo, as tribos experimentaram que seu Deus libertador é maior que as forças brutas de faraó. Essa experiência da santidade de Deus e da solidariedade fraterna no povo se encarna literária e teologicamente na Torá, a lei, ou melhor, a instrução sob os auspícios de Adonai Sabaoth, "o Senhor dos exércitos" (i.é, dos contingentes das tribos de Israel). O surgimento da Torá significa que a ética em nome de Adonai vale mais que o domínio do faraó e de todos os soberanos deste mundo. Este significado torna-se a referência central da vida de Israel e Judá, o ponto de partida para sua identidade consciente. Ora, no aprofundamento da reflexão percebe-se que a Torá pode-se tornar instrumento de dominação: daí a atitude crítica de alguns profetas e, finalmente, de Jesus, com respeito ao legalismo e formalismo orgulhoso e

---

<sup>2</sup> A *Dei Verbum* usa o termo "fonte" com outros significados (Cristo, o evangelho, a vida da comunidade...), mas, consciente de que a S. Escritura faz parte da Tradição, evita a linguagem tradicional das "duas fontes" da Revelação que seriam a S. Escritura e a Tradição.

<sup>3</sup> Como observou o debatedor, Dr. Milton A. Schreiber, o primeiro uso dessa formulação de que se tem conhecimento seria na *Ratio studiorum* da Companhia de Jesus (em uso a partir de 1599). O termo "alma" evoca uma referência unificadora, vivificadora.

dominador. E esta sua pregação profética dá origem a um novo discurso: o Sermão da Montanha.

Bastem esses exemplos para lembrar que a Escritura é teologia, expressão refletida, e reiteradamente refletida, da experiência de Deus. Enquanto teologia, é discurso segundo, não experiência direta de Deus.

### **Teologia referencial**

Um momento da espiral de experiência e teologia é a escrituração, que, aliás, não se dá de uma só vez, como aparece nos exemplos de releitura acima referidos. Ora, a teologia contida na Escritura é teologia referencial, tem *status* de referência. Exatamente sua forma escrita permite superar a fragilidade de uma tradição teológica meramente oral, que pode virar um disse-que-disse... Daí a importância da Torá, ou instrução, ser posta por escrito (sem interromper a tradição oral). Pelo acesso ao escrito, o povo se torna mais sabido, mais seguro na transmissão da experiência de Deus. Assim, a Torá é sabedoria.

A letra se torna referência. O que excede da letra é suspeito ("não ultrapassar o escrito", diz 1Cor 4,6). Referência, porém, não significa palavra última, mas baliza, ponto a ser considerado. Neste sentido, Jesus é um exemplo de bom teólogo bíblico. No Sermão da Montanha, ele comenta e interpreta alguns mandamentos da segunda tábua da Torá (não matar, não adulterar, não jurar falso). Em Mc 7 temos um exemplo de como Jesus interpreta e relativiza preceitos que ele julga menores, os preceitos da pureza alimentar. Vê neles uma ocasião de apontar para a profética pureza do coração.

Não devemos ver, portanto, na referência à Lei escrita uma forma de obscurantismo ou de imposição da parte dos letrados. O acesso à letra, graças à sua leitura pública na reunião popular, a sinagoga, é um progresso, uma forma de democracia. Dt 4,6 vê no conhecimento público da Torá uma sabedoria que coloca Israel acima das outras nações. Mas é verdade que os letrados podem se apoderar da letra, passar a chave e escondê-la, como Jesus denuncia segundo Mt 23,13.

### **A Escritura como baliza. A canonização**

Numa tradição oral não se tem plena certeza do que foi transmitido, nem do peso que tem. A partir da escrituração, essa certeza fica bem mais sólida - como ponto de partida para o aprofundamento da fé, da prática e da reflexão teológica.

*Verba volant, scripta manent.* Uma vez recebida a chancela da autoridade da comunidade, a forma escrita se torna uma baliza atrás da qual não se deve tergiversar. Podemos imaginar, por exemplo, que nos primórdios das tribos de Israel muitos conflitos eram resolvidos pela eliminação física do partido oposto. Uma vez, porém, que fica escrito e promulgado o "não matarás", nenhuma moral

poderá recuar atrás desta baliza. Mas a vivência e a reflexão podem ir adiante, podem aprofundar a compreensão, sim. Como faz Jesus no Sermão da Montanha.

Mas então é preciso definir quais as escrituras que entram em consideração para servir de baliza. Já no tempo do Antigo Testamento havia muita coisa que era melhor não oficializar, para não sobrecarregar a mochila: os apócrifos são os livros não chancelados, ficando à margem do Antigo Testamento. Neste ponto deparamos com a questão dos dois cânones, o hebraico e o grego. O hebraico era mais seguro: só os textos escritos em hebraico – e considerando só as consoantes, visto que as vogais não fazem parte da escrita original. Mas os primeiros cristãos usavam a Bíblia em grego e achavam que textos como Eclesiástico (uma releitura bastante conservadora de Provérbios e Eclesiastes), Macabeus (exaltando o martírio), Sabedoria (usando linguagem “moderna”), embora não constassem dos rolos hebraicos, também serviam como baliza!

Coisa análoga se percebe quanto ao Novo Testamento. Preferiu-se não fixar como referência tudo todos os produtos da piedade ingênua ou do esoterismo gnóstico. Recusou-se-lhes a chancela, ficaram apócrifos, escondidos. Por outro lado, não se hesitou em reconhecer a pluralidade das expressões teológicas fundantes: daí quatro evangelhos, não um só como queria o gnóstico Marcião.

A escrituração e a canonização dão origem a uma referência identificadora. É isso que se pode entender quando se fala em “religiões do Livro”. São religiões que se identificam pelo livro que usam:

- o judaísmo, que se refere à Tanak (Lei - Profetas - Escritos); observando-se que os samaritanos usam só a Lei ou Torá;
- o cristianismo, que se refere à Nova Aliança (com inclusão da Antiga);
- o islamismo, com o Alcorão.

A consequência dessa escrituralidade é que não pode haver cristianismo que não se espelhe continuamente no Novo Testamento do “judeu toraico” Jesus. Portanto, a vida do cristão se espelha não só nos textos do Novo Testamento, mas também na interpretação do Antigo Testamento implicada no Novo.

Como tradição normativa, a Escritura *espelha* a vida e a *instrui*. Serve de espelho para a pessoa tomar consciência daquilo que é sua vida, a fim de conduzi-la melhor. Confrontando a vida da pessoa e da comunidade com narrativas e leis que exprimem o que Deus quer, a Escritura nos ensina a ver melhor a realidade – positiva ou negativa – de nossa vida. Assim, essa função de espelho explica a importância do pecado na Bíblia: mostra que o ser humano precisa sempre de conversão.

Mas ela tem também a função de instrução ou, mesmo, de projeto: esse Deus que se dá a conhecer pelos profetas, seus intérpretes, que é que ele espera

concretamente da vida do indivíduo e da comunidade? Daí a importância da exortação, da promessa e mesmo da utopia na Bíblia.

### **Lidar teologicamente com a Escritura: exegese e hermenêutica**

Podemos dizer que a leitura teológica da Escritura, isto é, sua leitura como reflexão sobre a experiência de Deus, gira em torno de dois pólos: o pólo referencial e o pólo hermenêutico.

O *pólo referencial* é explicitado, sobretudo no que se costuma chamar a exegese. Esta explicita o que “o autor” (histórico-literário) quis expressar e alcançar (“performar”) quando deixou à comunidade aquele escrito. Não só expressar como também alcançar ou performar, porque, realizando um “ato de linguagem” por escrito, ele não entregou apenas um texto com sentido gramatical, mas com sentido pragmático: um texto suscetível de realizar alguma coisa.

Quanto ao *pólo hermenêutico*, por este entendemos a “tradução” (= traslado!) para nós hoje, aquilo que o texto é capaz de assinalar para nosso entender hoje, levando em conta o enriquecimento e eliminando os desvios do significado original no decorrer da história. A necessidade da hermenêutica provém de que o significado se encontra no fluxo contínuo da história. Os tempos mudam. Assim, já dentro do Novo Testamento, os quatro evangelhos aparecem como hermenêuticas de uma mesma narrativa, cada qual re-narrando-a segundo seu tempo e circunstância.

O sentido referencial ou exegético se enriquece por novas experiências, sem deixar de ser referência: é a plenificação do sentido pela história, pelo contato com outras experiências e expressões (intertextualidade), pela aceitação na comunidade (história da recepção), pelos efeitos (bons ou maus)... Pois os efeitos podem ser ambíguos, e nem todo efeito da Bíblia é um desabrochar fiel de sua potencialidade. Assim, por exemplo, o anti-semitismo, alimentado por uma hermenêutica inaceitável, porém muito comum do Novo Testamento, nos convida a compreender melhor qual é o sentido primeiro e referencial do conflito de Jesus e os fariseus. Pois esse conflito nada tem a ver com o fato de os adversários de Jesus serem judeus (como ele), mas com a maneira em que eles entendem e vivem a Lei. Assim, a percepção crítica desse efeito negativo – o desvio que é a interpretação anti-semita – nos ajuda a nos aproximar mais adequadamente do sentido referencial, que é o de Jesus, o judeu.

O sentido ampliado é um sentido que não estava explícito no momento do “ato de linguagem” original, mas que se pode enxertar sobre este, porém, não sem um controle exercido a partir do sentido primeiro, como aparece no exemplo (negativo) que acabamos de citar. Mas será que o “sentido pleno” que aparece na teologia pós-bíblica é sempre sustentável? Não dá para responder de antemão, é preciso

examinar cada caso. Parece, contudo, que o dogma do nascimento do Messias de Maria virgem, por exemplo, “faz sentido” a partir do texto de Is 7, que anuncia o nascimento de um filho como sinal da intervenção de Deus a favor do povo. Em nome do desenvolvimento orgânico, sustentado pelo DNA do texto, a Igreja adverte que os dogmas não podem estar soltos da Escritura ou em contradição com ela, quanto à percepção da verdade de Deus<sup>4</sup>.

### Conseqüências para a prática

O que acabamos de dizer traz algumas conseqüências práticas para o estudo da teologia em geral.

O estudo da teologia deverá dar um espaço suficiente à *descoberta do texto no seu sentido original* – o que é a índole da exegese de cunho histórico-literário<sup>5</sup>. A teologia cristã é uma teologia histórica, consciente de que o sentido referencial, que sempre deve estar presente, é o reflexo de um fato histórico único.

Se se diz que a Escritura é a alma do estudo teológico, isso significa que nunca pode faltar a referência à narrativa fundadora, no sentido em que ela foi entendida originariamente<sup>6</sup>. Gosto de chamar isso a alteridade da Escritura: trata-se de outros tempos, de outra cultura, de outras pessoas. Ler e estudar a Escritura é um ato de respeito: deixar o outro ser outro. Há muita leitura desrespeitosa, que procura na Bíblia só aquilo que já se tem na cabeça.

Ler e estudar a Bíblia é tornar-se judeu com os judeus, grego com os gregos – do tempo bíblico, naturalmente. É expor-se, *mediante a disciplina histórico-literária*, ao impacto que os textos tiveram nos ouvintes primeiros. Muitas vezes, no ambiente teológico, percebe-se uma desconfiança em relação à exegese histórico-literária. Teme-se que ela faça perder a fé. Antes se diga o contrário. O que faz perder a fé é o afastarmo-nos dessa alteridade histórica do texto, colocando nossas próprias categorias no lugar da verdade que, sempre cheia de surpresa, se manifesta na leitura respeitosa da Bíblia. Certo dia tive de explicar a padres em reciclagem a parábola dos operários da undécima hora, parábola que, por um paradoxo escandaloso, mostra a gratuidade do projeto de salvação de Deus. Alguns padres queriam que a parábola respeitasse a proporcionalidade salarial, fazendo com que os chamados da primeira hora tivessem alguma recompensa maior que os da última hora... Pois bem, tal apego às nossas categorias jurídicas – por mais respeitáveis que sejam em nosso sistema social – causa incredulidade quanto à

---

<sup>4</sup> Isso não exclui, naturalmente, que se encontrem, tanto entre o dogma e a Escritura quanto no interior desta, imagens e expressões aproximativas que parecem incompatíveis entre si.

<sup>5</sup> Por exegese histórico-literária entendemos tanto a abordagem diacrônica, que examina a gênese do texto até chegar à redação que o autor lhe deu, como a abordagem sincrônica, que examina as relações gramaticais, semânticas e pragmáticas do texto como ele foi deixado a partir do momento redatorial.

<sup>6</sup> Aqui se deve perguntar se o sentido referencial é o do autor histórico ou, mais provavelmente, o da instância (autoridade comunitária) que elevou o texto a elemento de tradição.

mensagem própria do evangelho. Isso vale também de todas as tentativas de fazer a Bíblia coincidir com nosso sistema de ciências. O concordismo é mãe da incredulidade.

Ora, quando se fala de respeito pelo texto em referência ao sentido histórico-literário – o sentido literário situado no contexto histórico da origem do texto – trata-se de algo bem diferente da leitura historicista, a qual procura encaixar os textos bíblicos nos nossos conceitos modernos de historiografia científica. A historiografia científica é uma disciplina criada na Modernidade, com o intuito de verificar dados históricos, não com o intuito de compreender textos. A compreensão histórico-literária do texto não pode ficar refém dessa disciplina, que tem um campo muito mais limitado. O estudo histórico-literário procura entender o texto em primeiro lugar no horizonte em que ele viu a luz.

Por outro lado, considerando a unidade da fé e da teologia, é preciso saber unir o sentido que o texto tinha no seu horizonte primeiro àquilo que “faz sentido” em nosso horizonte atual: a fusão dos horizontes, como diz Gadamer. Não temos duas cabeças. O sentido que surgiu dois milênios atrás dialoga com o sentido que se abre para nós hoje. Aí está a importância da disciplina hermenêutica. Como fazer com que a potencialidade nunca acabada (“in-finita”) do texto transmita sua mensagem original a nós, que vivemos na cultura e na circunstância de hoje? Como ler o texto numa determinada perspectiva relevante para nossa atualidade: sociológica, política, feminista, litúrgica? E isso, como se diz, no mesmo espírito em que foi concebido<sup>7</sup>. Nisso consiste a arte da hermenêutica.

Hoje, a leitura interpretativa da Escritura pergunta: o que significa aquilo que os evangelhos narram sobre Jesus e seus interlocutores para a luta hodierna dos camponeses por seus direitos, para o pleno reconhecimento da dignidade da mulher em nível igual ao do homem etc. Exemplos de tais leituras, e muito válidas, não faltam em torno de nós.

A arte da hermenêutica foi praticada já dentro da própria Escritura. Encontramos um exemplo interessante no cap. 3 de Lucas. Lucas encontrou na sua documentação, a “Logienquelle” ou “fonte Q”, a pregação de João Batista exortando os ouvintes a produzir *frutos dignos da conversão* (Lc 3,8 = Mt 3,8). Pois bem, de próprio punho Lucas acrescenta os vv. 10-14, para aplicar o sentido dessa pregação preparatória do tempo messiânico às diversas categorias do povo com as quais ele entrava em contato no seu trabalho de evangelizador: a multidão, os soldados, os publicanos... O que significa “fruto digno da conversão” para um soldado mercenário do Império Romano?

---

<sup>7</sup> Num texto a ser publicado proximamente (KONINGS, Johan; RIBEIRO, Súsie Helena. Agenda para o estudo de um texto bíblico. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 98, 2008) desenvolvemos que esse “espírito” é o “Espírito Santo”.

Citemos um exemplo menos percebido. O evangelho de João é uma grande releitura da narrativa sinóptica, para torná-la significativa na mistagogia cristã, ou seja, na iniciação progressiva no mistério cristão como celebrado no culto que, no seu tempo, já tinha certa configuração. Que significam a morte e crucificação de Jesus no fim do século I, quando seus discípulos estão sendo expulsos das sinagogas judaicas e ameaçados pelo mundo do Império Romano? Numa visão quase litúrgica, João vê a cruz como a manifestação gloriosa do Deus-Amor em Jesus Cristo, o qual, na cruz, atrai todos para si e para o qual todos levantam o olhar (Jo 12,32; 19,37).

A teologia deve abrir espaço para todo esse enriquecimento de sentido que, a partir do sentido referencial originário e originante, se manifesta através de todo o tempo da comunidade. Daí a importância de incluir a contribuição da teologia patrística e medieval, como momentos que levaram até nós, hoje, esse diálogo em espiral, crescimento do germe de sentido que sempre esteve presente até se tornar o fruto com o qual nos alimentamos hoje.

Creemos que por isso a S. Escritura é a alma de todo o estudo teológico. Toda a teologia cristã deve conceber-se como crescimento daquilo que está escriturado como referência na Escritura, a qual, porém, deve ser entendida, com base na exegese histórico-literária, como expressão da experiência de Deus segundo a cultura e a história de que ela participa. Soltar a expressão da experiência de Deus de seu contexto histórico seria falsificá-la, mas restringir-se ao entendimento histórico-literário seria tirar a essa expressão a potencialidade de se desdobrar em novos horizontes, na história que ela ajuda a gerar, na Tradição viva, na vida da comunidade e na inspiração que ela traz ao mundo inteiro.

---

Johan Konings, SJ, Doutor em Teologia pela Universidade Católica de Leuven (KUL) (Bélgica), professor de Exegese Bíblica e Coordenador da Pós-graduação em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) em Belo Horizonte.

<konings@faculdadejesuita.edu.br>